

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
GOIÁS  
CÂMPUS ITUMBIARA  
CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA**

**ALINY SILVA MARTINS CUSTÓDIO**

**INCLUSÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CACHOEIRA DOURADA-  
GO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

**ITUMBIARA-GO  
2023**



**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

#### Identificação da Produção Técnico-Científica

- |                                                                      |                                                         |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Tese                                        | <input type="checkbox"/> Artigo Científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação                                 | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro              |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização                 | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação                  | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ |                                                         |

Nome Completo do Autor: Aliny Silva Martins Custódio

Matrícula: 20191040030147

Título do Trabalho: Inclusão Nas Escolas Municipais De Cachoeira Dourada-go: Desafios E Perspectivas

#### Autorização - Marque uma das opções

- ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
- ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (Embargo);
- ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção 2 ou 3, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.  
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.  
☐ Outra justificativa: \_\_\_\_\_

#### DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Itumbiara-GO, 25 / 07 / 2023  
Local Data



Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

**ALINY SILVA MARTINS CUSTÓDIO**

**INCLUSÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CACHOEIRA DOURADA-  
GO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à banca avaliadora do Curso de  
Licenciatura em Química do Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus  
Itumbiara, como parte dos requisitos necessários para  
obtenção do título de Licenciado em Química.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Lígia Viana Andrade

**ITUMBIARA-GO**

**2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C987i      Custódio, Aliny Silva Martins

Inclusão nas escolas municipais de Cachoeira Dourada-Go: desafios e perspectivas./Aliny Silva Martins Custódio. -- Itumbiara, 2023.

51 p. : il. color.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Química) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Itumbiara, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Lígia Viana Andrade.

1. Inclusão escolar. 2. Educação inclusiva. 3. Estudantes com deficiência. I. Título. II. Andrade, Lígia Viana. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

CDD 371.9

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Biblioteca Maria Gabriela Pacheco Pardey / Câmpus Itumbiara  
Bibliotecário: Eduardo Pereira Resende CRB1/3266

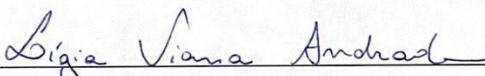
ALINY SILVA MARTINS CUSTÓDIO

**INCLUSÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CACHOEIRA  
DOURADA GO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

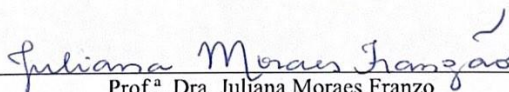
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura em Química  
do Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia de Goiás (IFG), Câmpus Itumbiara,  
como parte dos requisitos para a conclusão do Curso  
de Licenciatura em Química e obtenção do título de  
licenciado em Química.

**Área de concentração: Ensino de Química.**

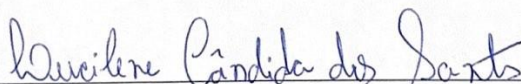
Aprovada em 26 de junho de 2023.



Prof.<sup>a</sup> Dra. Lúcia Viana Andrade  
Orientadora  
IFG – Câmpus Itumbiara



Prof.<sup>a</sup> Dra. Juliana Moraes Franzo  
IFG – Câmpus Itumbiara



Prof.<sup>a</sup> Ma. Lucilene Cândida dos Santos  
IFG – Câmpus Itumbiara

Itumbiara - GO  
2023

Dedico este trabalho a Deus, a mim mesma (por perseverar), a minha família e aos amigos que me apoiaram nessa trajetória.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus que me fortaleceu durante toda trajetória acadêmica, me mostrando que mesmo com as dificuldades é possível alcançar a vitória, desde que não se desista desse sonho. Agradeço aos meus pais Luismar Martins de Jesus (em memória) e Maria Lúcia da Silva, que me deram a vida e me criaram.

Agradeço ao meu irmão Alexandre Silva Martins, que sempre acreditou e me incentivou durante todo meu percurso estudantil e de vida.

Agradeço ainda ao meu marido Uanderson Gomides Custódio e meu filho Kauã Luís Martins Custódio, pelo carinho e por serem minha fortaleza, por quem eu quero ser cada dia um ser humano melhor.

Agradeço as escolas municipais de Cachoeira Dourada Goiás, e as pessoas que gentilmente aceitaram ser fonte de conhecimento para as entrevistas que foram realizadas.

Agradeço ao IFG pela oportunidade de aprendizado, por toda estrutura fornecida, aos amigos que esta instituição me apresentou e que quero levar para sempre em minha vida e que foram de grande apoio durante esta jornada.

Agradeço a minha orientadora, Lígia Viana de Andrade, que aceitou esse desafio e me ajudou na construção desse projeto, com suas orientações e com seus conselhos, a qual fez com que minha admiração se tornasse ainda maior.

Agradeço aos pais do Augusto, aluno que acompanhei por cinco meses auxiliando no Cemei em Cachoeira Dourada GO, pela confiança e o carinho, e ao Augusto, uma criança alegre e meiga que enxerga o mundo do seu jeitinho único, aprendi a amar esse garotinho, sou grata por cada momento que tive com ele, onde tive a oportunidade de vivenciar e aprender mais sobre inclusão, e as dificuldades que uma criança com autismo encontra no seu dia a dia de rotina escolar. Por fim sou grata a todos que direta ou indiretamente me ajudaram a realizar esse trabalho e torceram por mim.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar  
as possibilidades para a sua própria produção ou a  
sua construção.”  
(Paulo Freire)

## RESUMO

A inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas é um tema cada vez mais relevante na sociedade atual. Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios e as perspectivas da inclusão nas escolas municipais de Cachoeira Dourada, município localizado em Goiás, Brasil. O estudo inicia-se com uma revisão teórica sobre o conceito de inclusão educacional e sua importância para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e justa. São abordados os princípios e diretrizes legais que embasam a inclusão, como a Declaração de Salamanca e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Em seguida, é realizada uma pesquisa de campo de abordagem quanti-qualitativa, que envolveu a aplicação de questionários aos professores e gestores das escolas municipais de Cachoeira Dourada. O objetivo dessa etapa foi identificar os desafios enfrentados no processo de inclusão, bem como as perspectivas dos profissionais da educação em relação à melhoria desse processo. Os resultados da pesquisa revelaram que as escolas municipais de Cachoeira Dourada enfrentam diversos desafios na implementação da inclusão. Entre os principais desafios encontram-se a falta de recursos e estrutura adequados para atender as necessidades dos alunos com deficiência, a falta de formação e capacitação dos professores para lidar com a diversidade na sala de aula e a resistência por parte de alguns profissionais em aceitar a inclusão como um princípio educacional. No entanto, os profissionais da educação também demonstraram perspectivas positivas em relação à inclusão. Eles destacaram a importância da formação continuada dos professores, o investimento em recursos e estrutura nas escolas e a promoção de uma cultura inclusiva, que valorize e respeite a diversidade dos alunos. Com base nos resultados, é possível concluir que a inclusão nas escolas municipais de Cachoeira Dourada enfrenta desafios significativos, mas também apresenta perspectivas de melhoria. É fundamental que o poder público e a comunidade escolar trabalhem em conjunto para superar os desafios e garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos. Isso requer investimentos em infraestrutura, formação de professores e sensibilização de toda a sociedade para a importância da inclusão.

**Palavras-chave:** Deficiência; desafios; inclusão escolar.

## ABSTRACT

*The inclusion of students with special needs in schools is an increasingly relevant topic in today's society. This work aims to analyze the challenges and perspectives of inclusion in municipal schools in Cachoeira Dourada, a municipality located in Goiás, Brazil. The study begins with a theoretical review of the concept of educational inclusion and its importance for the development of a more egalitarian and just society. Legal principles and guidelines that support inclusion are discussed, such as the Salamanca Declaration and the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education. Then, a field research with a quantitative and qualitative approach is carried out, which involved the application of questionnaires to teachers and administrators of municipal schools in Cachoeira Dourada. The objective of this stage was to identify the challenges faced in the inclusion process, as well as the perspectives of education professionals regarding the improvement of this process. The research results revealed that the municipal schools of Cachoeira Dourada face several challenges in the implementation of inclusion. Among the main challenges are the lack of adequate resources and structure to meet the needs of students with disabilities, the lack of training and qualification of teachers to deal with diversity in the classroom and the resistance on the part of some professionals to accept inclusion as an educational principle. However, education professionals also demonstrated positive perspectives regarding inclusion. They highlighted the importance of ongoing teacher training, investment in resources and structure in schools and the promotion of an inclusive culture that values and respects student diversity. Based on the results, it is possible to conclude that inclusion in municipal schools in Cachoeira Dourada faces significant challenges, but also presents prospects for improvement. It is essential that the public authorities and the school community work together to overcome the challenges and guarantee an inclusive and quality education for all students. This requires investments in infrastructure, teacher training and awareness of the entire society to the importance of inclusion.*

**Keywords:** Disability; challenges; scholar inclusion.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                     |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1- Etapas da pesquisa.....                                                   | 22 |
| Figura 2-Área de atuação.....                                                       | 26 |
| Figura 3-Cursos feitos na área de inclusão.....                                     | 27 |
| Figura 4- Tipos de deficiências que surgiram na dinâmica escolar aos educandos..... | 29 |
| Figura 5- Consideração sobre a falta de investimento nessa área.....                | 31 |
| Figura 6- Aspectos sobre as maiores dificuldades para realizar a inclusão.....      | 32 |
| Figura 7- Opções de metodologias usadas para auxiliar a inclusão.....               | 34 |
| Figura 8- Tecnologias usadas na inclusão.....                                       | 35 |
| Figura 9- Existe material adequado para o ensino de Pessoas com Deficiência.....    | 41 |
| Figura 10- Consideração sobre a importância da inclusão nas escolas.....            | 43 |

## Sumário

|     |                                                                                    |    |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1   | INTRODUÇÃO .....                                                                   | 9  |
| 1.1 | Objetivos .....                                                                    | 11 |
| 1.2 | Justificativa .....                                                                | 11 |
| 2   | REFERENCIAL TEÓRICO .....                                                          | 12 |
| 2.1 | Os tipos de deficiência e os fundamentos que resguardam o direito à educação ..... | 13 |
| 2.2 | Desenvolvendo a inclusão .....                                                     | 16 |
| 2.3 | Contexto histórico da inclusão .....                                               | 18 |
| 2.4 | Relato de experiência de estágio não-obrigatório .....                             | 20 |
| 3   | METODOLOGIA .....                                                                  | 21 |
| 4   | RESULTADOS E DISCUSSÃO .....                                                       | 24 |
| 5   | CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                         | 46 |
|     | REFERÊNCIAS .....                                                                  | 48 |

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é uma forma de acolher e dar oportunidade de aprendizado às pessoas que enfrentam algumas dificuldades para desenvolver seu conhecimento de forma comum, necessitando assim de um ensino especial onde suas potencialidades sejam desenvolvidas em conjunto com os outros alunos, e com as táticas de um bom educador.

Assim sendo, Vygotsky (2011, p. 866) explica: “ao entrar na cultura a criança não apenas toma algo dela, adquire algo, incute em si algo de fora, mas também a própria cultura reelabora todo o comportamento natural da criança e refaz de modo novo todo o curso do desenvolvimento”.

As pessoas, no ambiente escolar, sempre estão em constante construção do seu conhecimento, e mesmo as que possuam alguma dificuldade podem se desenvolver favoravelmente, só que será necessário um aprofundamento nas características próprias e a construção de planejamentos que contribuam para uma prática pedagógica eficaz (COSTA, 2019). Atualmente, há uma grande evolução no sentido de políticas públicas desenvolvidas para pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE). Como exemplo, as políticas públicas que orientam a educação nacional, como a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), a escola pública deve ser dirigida em uma perspectiva democrática e participativa. A partir dessa concepção, vale destacar a necessidade de procurar informações e métodos que facilitem e garantam a execução de tais leis.

É notório que a inclusão é um processo que gera algumas dificuldades e deixa vários profissionais de educação apreensivos. Como Naujorks (2002) bem explica, as atividades educacionais geram muito estresse, ainda mais quando algumas circunstâncias levam os docentes a ter que refazer constantemente suas dinâmicas de ensino proporcionando a eles desânimo e frustrando expectativas.

Com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, no ensino regular, crescem os casos de professores que se sentem despreparados para lidar com esses casos, gerando consequências diversas: tanto o professor sente-se mais estressado, quanto o aluno, discriminado. Contudo, é possível adotarem-se alguns ajustes, para alcançar viabilidade nesse processo, como os autores Mittler, e Mittler (2001) argumentam, à medida que os professores incluem, descobrem que muitos dos seus medos não eram reais, que muitas de suas estratégias usuais para um ensino eficaz funcionam tão bem com os novos, como com os alunos sem deficiência. Todavia, por mais

que atualmente exista amparo legal para a inclusão, os desafios são presentes e constantes na dinâmica escolar, pois a educação especial é o resultado de vários fatores, tais quais o avanço de políticas públicas e dos processos sociais, que forçam o governo efetivar seus direitos como indivíduo social, e a formação de profissionais da educação, principalmente os professores (CORREIA, 2014).

Sabe-se que adaptações precisarão ser feitas e incentivadas, para que as escolas e a sociedade venha a ter condições de gerar uma educação inclusiva com eficiência; um dos fatores que dificulta tais adaptações é a crença de que educação especial e educação regular tem que ser separadas, pois são dois universos diferentes, e que os professores sem uma formação especializada não tem tal capacidade de ensinar, é importante desmistificar tal conceito, e assim recuperar a confiança dos professores na sua própria competência para ensinar crianças que por muito tempo tiveram seu direito de educação regular negligenciado (MITTLER; MITTLER, 2001).

O presente trabalho teve como objetivo desenvolver uma pesquisa de campo nas escolas municipais de Cachoeira Dourada-Goiás, com caráter quanti-qualitativo, para verificar o cenário das práticas inclusivas no município.

Previamente, foi realizada uma etapa bibliográfica em artigos científicos para o levantamento de dados, que abordaram desafios e adaptações necessários para a inclusão, mediante organização de pesquisas já publicadas. Visto que para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica utiliza-se de dados ou de categorias já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.

A pesquisa tem por finalidade, após sua realização e posterior publicação, contribuir para o planejamento de ações que venham a garantir aos alunos um aprendizado com êxito, e demonstrar que é possível incluir todos os alunos em uma sala de aula, com deficiência ou sem, diversificando e trazendo uma naturalização das diferenças, respeitando e investindo em um ensino que alcance a todos, como Da Silva (2000, p.100-101) aborda:

[...] diferenças que são irreduzíveis à identidade.

A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende e multiplica, prolifera, dissemina.

A diversidade é um dado da natureza ou da cultura.

A multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico.

A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico.

Parte-se do princípio de que a inclusão garante o direito de educação a todos, a fim de demonstrar que cada pessoa é importante, com suas características e individualidade próprias, e que a interação promovida pelo gesto de incluir traz uma oportunidade de evolução no sentido educacional e social, onde as pessoas são respeitadas e validadas.

## 1.1 Objetivos

**Objetivo geral:** Analisar os principais desafios para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas municipais de Cachoeira Dourada -GO, e apresentar algumas possíveis adaptações que podem ser necessárias para que os alunos tenham um aprendizado que respeite capacidades diferentes e proporcione um aprendizado com equidade.

### **Objetivos específicos:**

- Realizar pesquisa bibliográfica sobre o tema “Inclusão escolar” organizando os resultados em categoria;
- Identificar as principais leis que asseguram o direito de uma educação inclusiva escolar e avaliar se tais fundamentos estão sendo seguidos nas escolas no município de Cachoeira Dourada-Goiás;
- Descrever o processo de adaptação dos alunos com necessidades educacionais especiais.

## 1.2 Justificativa

O que motivou essa pesquisa foi observar, durante a trajetória de vida estudantil e pessoal, que pessoas com necessidades educacionais especiais, não tinham as mesmas oportunidades que as outras, mesmo com leis que asseguravam esse direito. Segundo Macedo e colaboradores (2014) a concretização destes princípios é dificultada por fatores políticos, sociais, econômicos e, sobretudo, históricos e culturais, que por vezes impedem que a inclusão seja consolidada nas escolas.

A partir da trajetória acadêmica, intensificou-se a vontade de saber mais sobre esse assunto, e compreender como seria possível melhorar e contribuir para uma inclusão efetiva. É bom acrescentar ainda que uma das responsabilidades para as quais a licenciatura nos prepara, é ensinar

com qualidade nesse campo profissional, considerando esse contexto desenvolver uma postura e atitude docente que proporcionem a inclusão escolar é algo extremamente importante.

É lei, e direito das pessoas com deficiência, serem incluídas na escola regular, contudo há um sério risco de que suas necessidades educacionais específicas sejam negligenciadas, quando os profissionais da educação não se preparam, ou não conhecem maneiras para ensinar a partir das dificuldades individuais de cada estudante.

Outro fator que promoveu o desejo de realizar essa pesquisa, foi o contato acadêmico, no curso de Licenciatura em Química, do Instituto Federal de ciências e Tecnologia de Goiás – Câmpus Itumbiara, com as disciplinas: Educação Especial e Inclusiva, Libras I e II, e outras disciplinas pedagógicas da matriz curricular, que promoveram o interesse nessa área, em virtude de reconhecer a importância de abordar as barreiras enfrentadas por estudantes com deficiências, e explorar as oportunidades de tornar o ambiente educacional mais acessível e inclusivo.

Atualmente, existe amparo legal para que as PNEEs tenham acesso à saúde, educação, ao lazer e ao trabalho. Mas, ainda é preciso discutir a forma de acesso a essas necessidades básicas, ou seja, aos seus direitos enquanto cidadãos (BORTOLOTTI, 2014).

Nesse sentido, Da Silva e Arruda (2014) demonstram que é fundamental a organização de metodologias educacionais inclusivas que desenvolvam a acessibilidade, pois trata-se de uma responsabilidade social, fazer valerem os direitos de toda criança e adolescente à educação, desde o início na infância até o curso superior de qualidade, independente de classe social, condições físicas, mentais ou raciais.

Com base nesses argumentos, o presente trabalho se justifica enquanto ferramenta que venha contribuir com a compreensão sobre os desafios e adaptações necessários para a inclusão, atuando como um componente para a acessibilidade e adequações educacionais específicas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste tópico é abordada algumas explicações sobre a inclusão e suas diversas modalidades, características, dificuldades dos alunos e dos professores, e quais são as adaptações necessárias para cada indivíduo com suas características.

Começa-se conhecendo um pouco da história da inclusão e os progressos feitos até a atualidade, a partir de registros científicos que são de intensa importância em trabalhos acadêmicos,

como afirmam Marconi e Lakatos (2003, p. 224) “é imprescindível correlacionar a pesquisa com o universo teórico, optando-se por um modelo teórico que serve de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados”.

## **2.1 Os tipos de deficiência e os fundamentos que resguardam o direito à educação**

As pessoas com deficiência tiveram na história do mundo seus direitos como indivíduo integrado e com acesso aos bens sociais, retirados durante muito tempo. As leis que protegem e incentivam as pessoas com deficiência a ser incluídas na sociedade em geral são relativamente novas, pois em menos de um século observa-se que indivíduos com deficiência ficavam a margem da sociedade.

Costa (2019, p.15) traz como observação que:

A LDBN já previa aos excepcionais (pessoas com deficiência), o acesso à educação na medida em que suas possibilidades eram moldadas nos sistemas de ensino. No entanto, na Lei 5692/71, que foi previsto por lei o tratamento especial para alunos que tivesse deficiência, física ou mental e os superdotados.

Com o passar do tempo, o Brasil começou a tratar das pessoas com deficiência como um grupo de pessoas que precisavam de atenção e cuidados especiais. O que dinamizou essas movimentações foi a Lei no 8.213/91 (Lei de Cotas), que assegura dos beneficiários reabilitados ou das pessoas com deficiência, desde que habilitadas, a 5% das vagas (percentual de cotas) para trabalho em empresas com mais de 100 empregados (BRASIL, 1991).

A Declaração de Salamanca (1994), aborda a educação inclusiva como uma forma de fortalecer o conceito de “educação para todos”. Essa declaração reconhece que, até então, alunos com deficiência e/ou outras necessidades educacionais especiais enfrentavam barreiras para frequentar a escola e participar plenamente da educação, e busca superar a ideia de exclusão que prevalecia anteriormente, reconhecendo a necessidade de uma abordagem inclusiva que valorize e respeite a diversidade dos estudantes (UNESCO, 1994).

Essa abordagem inclui adaptar o ambiente escolar, os currículos e as práticas pedagógicas para acomodar as necessidades individuais de cada aluno. Além disso, a Declaração de Salamanca ressalta a importância de promover uma mudança de atitudes, cultura e políticas educacionais, a

fim de criar um ambiente que proporcione a participação plena e igualitária de todos os estudantes, independentemente de suas capacidades e características individuais (UNESCO, 1994).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência define que pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Declaração Universal dos Direitos Humanos (BRASIL, 2009).

Algo que é interligado a inclusão educacional, é a diversidade humana, pois no mundo existem uma variedade imensa de pessoas, com suas características, capacidades, religiões, etnias, incluir e desejar ter uma sociedade justa e equitativa e igualitária onde essas diferenças são respeitadas, e o principal foco seja formar indivíduos.

Portanto conhecer as características de cada estudante é essencial, a fim de explorar as possibilidades de ensino que desenvolva o aprendizado e o potencial de cada aluno no ensino e aprendizagem, os alunos com deficiência precisam ser compreendidos e incentivados perante ao ensino que vá auxiliá-lo de fato a aprender, para isso é preciso entender quais são as categorias de deficiência que existem segundo a lei.

O Decreto 3298/89, que regulamentou a Lei 7853/89, em seu art. 3º define deficiência como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.” (BRASIL, 1999). O art. 4º, do mesmo Decreto, por sua vez, enquadra as pessoas com deficiência nas seguintes categorias:

**Deficiência física** – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, Monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, Hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, Nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

**Deficiência auditiva** – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

**Deficiência visual** – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no

melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

**Deficiência Mental** – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho;

**Deficiência múltipla** – associação de duas ou mais deficiências. (BRASIL, 1999)

A educação inclusiva, para pessoas com deficiência é um direito assegurado pelas leis vigentes no Brasil, todavia vale afirmar que é necessário, uma preparação da escola e dos profissionais para receber eficientemente esses alunos, com um ambiente preparado e com profissionais capazes, sendo notório o quanto investimentos nesse sentido são necessários. É importante ressaltar que os profissionais de educação, devem estar atentos e investir em cursos buscando conhecimento na área, pois o objetivo é cada vez mais poder incluir essas pessoas e tornar o mundo um lugar bom e que respeite as diversidades. Portanto, é fundamental possibilitar que as pessoas com deficiência possam usufruir dos direitos adquiridos por lei. Para que a inclusão social aconteça de fato, é importante um ensino de qualidade que prepare já na infância os alunos em uma realidade inclusiva.

Várias leis foram criadas para assegurar o direito a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, um exemplo significativo que promove várias oportunidades, é estabelecido na lei federal n. 8112, de 11 de dezembro de 1990, vem explicar em seu Artigo 5º, parágrafo 2:

Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso. (BRASIL, 1990)

Recomenda-se não usar mais a expressão “Portador de deficiência”. Pois a pessoa com deficiência não escolhe tê-la ou não, tendo isso em mente, o termo mais adequado e amplamente aceito hoje é “Pessoa com Deficiência” sigla PCD, que foi oficializado pela Lei Brasileira, Nº13.146, de 6 de julho de 2015.

Para corroborar com essas leis e fazer com que realmente funcionem, é importante, desde o início da infância os alunos serem preparados com qualidade em todos os aspectos para que se

futuramente esses indivíduos desejarem, possam ter a oportunidade de desenvolver seus conhecimentos em alguma instituição superior. Com essa intenção, Costa (2019, p.21) afirma: “a partir do momento em que o professor começa a trabalhar com a criança autista ou uma criança com deficiência intelectual é necessário repensar as estratégias de comunicação para o ensino dos conteúdos curriculares”.

Portanto o aluno com deficiência irá precisar de um ensino diversificado, no qual seja uma prioridade ensinar de forma que ele possa assimilar o conteúdo proposto para a turma, visto que cada pessoa vai ter uma forma característica de desenvolver o conhecimento (SILVA; ARRUDA, 2014).

Investir em aulas em que o aluno com deficiência possa ter condições de participar, é bastante relevante para que a dinâmica da inclusão aconteça. Outro fator marcante é envolver a família e ter um apoio dos tutores, pois os alunos nesse sentido vão se sentir mais confortáveis e seguros, e assim poderão absorver melhor o conhecimento (COSTA, 2019).

Os desafios e as dificuldades para a inclusão são nítidos e preocupantes, pois mesmo sendo um direito do indivíduo, os fatores externos podem prejudicar o aluno com deficiência, como de Jesus *et al* (2021) explicam, que enquanto houver despreparo dos professores e dos demais colaboradores, ausência de infraestrutura, prática de bullying, excesso de alunos, carência de tecnologia assistiva, se mantiverem presentes na dinâmica escolar, a inclusão continuará encontrando suas barreiras.

Costa (2019) explica que são várias as ações pedagógicas necessárias para a inclusão do aluno com deficiência para o desenvolvimento de sua autonomia. Entretanto, ações precisam ser realizadas para resguardar o direito das pessoas com deficiência, sendo necessário rever métodos e preparar a escola e as pessoas, para que o processo de inclusão seja cada vez algo mais natural e confortável, que se torne um hábito e, enfim, uma realidade na sociedade.

## **2.2 Desenvolvendo a inclusão**

Com o propósito de promover a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares, um fator importante é observar qual a melhor forma para o aluno aprender com qualidade. Nessa perspectiva, Mittler e Mittler (2001, p. 61) explicam:

A inclusão é um caminho a ser trilhado, mais do que um destino, um processo mais do que um objetivo a ser atingido, compreendendo uma série de características distintas:

- Todas as crianças sem exceção frequentando salas de aula do ensino regular, em escolas de seus bairros;
- Escolas que reestruturam o seu currículo, seus métodos de ensino, seus métodos de avaliação e agrupamento de alunos que garantem acesso e sucesso a todo tipo de crianças da comunidade;
- Escolas que oferecem suporte planejado para alunos e professores;
- Professores que aceitam a responsabilidade de ensinar todas as crianças e que recebem total apoio do diretor, dos colegas e da comunidade;
- Desenvolvimento contínuo do corpo docente.

Silva e Arruda (2014) defendem que a escola precisa desenvolver outros métodos a fim de suprir as dificuldades de cada indivíduo, e para isso é necessário refletir sobre o assunto, primordialmente entre professores, fazendo um trabalho diferenciado com empatia e trazendo qualidade de ensino a todos igualmente, com as condições possíveis.

Importante ressaltar que a inclusão é um processo em constante construção, pois ainda há muito a ser conquistado, portanto, a união dos membros da comunidade escolar é fundamental para implementação de uma educação inclusiva (COSTA, 2019). Promover autonomia e independência, mesmo que aos poucos, é fundamental para o ensino de qualidade, em particular, com as pessoas com deficiência.

Portanto, a inclusão de pessoas com deficiência é um tema de extrema relevância na sociedade contemporânea. Ao longo dos anos, a conscientização acerca da importância de oferecer igualdade de oportunidades e garantir a participação plena de todos os indivíduos tem ganhado destaque, e a inclusão se tornou uma pauta fundamental como Oliveira e Lockmann (2022, p.17) argumentam, “torna-se o dever de cada um mobilizar esforços para a inclusão de todos, pois, não basta que o sujeito garanta a sua inclusão, mas também é necessário que passe a garantir a não exclusão do outro”.

Acrescenta-se à discussão que a inclusão de pessoas com deficiência não trata apenas de fornecer adaptações e recursos específicos, mas também de promover a conscientização e combater estigmas e preconceitos. É necessário criar espaços inclusivos, nos quais todas as pessoas se sintam acolhidas, valorizadas e respeitadas em sua individualidade.

### 2.3 Contexto histórico da inclusão

Antes do debate sobre direitos e inclusão de pessoas com deficiência, a realidade era de sofrimento e marginalização. Historicamente, as pessoas com deficiência foram frequentemente estigmatizadas, excluídas e tratadas de forma desumana, em várias sociedades. Corroboram com esta afirmação Rodrigues e Lima (2017, p. 3), quando explicam que “nota-se, nesse contexto, que a pessoa deficiente, era excluída em razão da sua deficiência, associada a uma ineficiência, pois, não seria produtiva para a nobreza”.

Pacheco e Alves (2007, p.243) comentam que “na Grécia Antiga havia uma supervalorização do corpo belo e forte, pois favorecia a luta nas guerras. Assim, crianças malformadas ou doentes eram abandonadas à própria sorte para morrer.” Fatos tristes que são relatados em filmes, como por exemplo o filme *300*, que se passa na Grécia antiga e demonstra que os bebês logo que nasciam eram avaliados e, se tivessem alguma deficiência, eram assassinados, sendo jogados de cima de um precipício. Vale ressaltar que essas atitudes são repugnantes e inaceitáveis e que, nos dias de hoje, os direitos das pessoas com deficiência são assegurados por lei, em uma sociedade cujo objetivo é caminhar cada vez mais para a inclusão social em todos os níveis.

Em muitas culturas antigas, as pessoas com deficiência eram vistas como amaldiçoadas, possuídas por espíritos malignos ou castigadas por seus pecados. Essas crenças levavam à discriminação e ao isolamento dessas pessoas, que muitas vezes eram excluídas de suas comunidades e deixadas à margem da sociedade (PACHECO; ALVES, 2007).

Ao longo da história, as pessoas com deficiência enfrentaram diferentes formas de tratamento cruel e desumano. Em alguns casos, eram confinadas em instituições, onde sofriam abusos físicos e emocionais. A falta de compreensão e o estigma em relação à deficiência resultaram em segregação e negação de direitos básicos (PIVA, 2015).

Durante o século XIX e início do século XX, a eugenia, uma teoria pseudocientífica, ganhou força em alguns países. Essa ideologia defendia a seleção e esterilização forçada das pessoas com deficiência, com o objetivo de “melhorar” a raça humana. Esse pensamento levou a políticas discriminatórias, como esterilizações forçadas e até mesmo o extermínio em massa durante o regime nazista na Alemanha (RODRIGUES; LIMA, 2017). Neste sentido, Piva (2015, p.14) explica que:

Na Idade Moderna, entre os séculos XV e XVI, considerados produtos do pecado e incorporação do demônio, os deficientes foram tratados pela Inquisição como bruxos, sendo queimados vivos em fogueiras. No Renascimento, desenvolveram-se a ciência e a medicina que apostaram na possibilidade de tratamento de pessoas com deficiências, principalmente as mentais, assim, os deficientes começaram a ser tratados em instituições especializadas. O tratamento tinha caráter clínico e terapêutico.

Embora tenha havido avanços significativos na inclusão de pessoas com deficiência, ainda existem desafios a serem enfrentados. A discriminação e o estigma persistem em muitas partes do mundo, e a acessibilidade ainda é uma preocupação em diversos setores. Somente ao longo do século XX, começaram a surgir mudanças significativas em relação à percepção e tratamento das pessoas com deficiência. Após a Segunda Guerra Mundial, a consciência sobre os direitos humanos se expandiu e começaram a surgir movimentos que buscavam a inclusão e a igualdade para as pessoas com deficiência.

No entanto, a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência e a importância da inclusão continua a crescer, impulsionando mudanças positivas em muitas sociedades. A criação de organizações e grupos de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, juntamente com o avanço das pesquisas científicas e a conscientização social, contribuíram para uma mudança gradual nas atitudes e políticas em relação à deficiência. Isso levou à adoção de leis e convenções internacionais que protegem os direitos das pessoas com deficiência e promovem sua inclusão em todas as esferas da vida.

Capelline e Mendes (2006, p.19) afirmam que “todavia, quanto a possíveis desânimos diante do quadro apresentado, é importante lembrar que ao longo dos séculos conquistas foram alcançadas, não podemos acreditar que estamos partindo do zero, como se tudo ainda estivesse por fazer.” Desta maneira, por mais que o contexto histórico seja difícil, mudanças já foram feitas, o importante é continuar lutando por esta causa.

Um marco importante na inclusão de pessoas com deficiência foi a adoção da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006. Essa convenção, ratificada por muitos países, reconhece que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas e destaca a importância da sua plena participação na sociedade.

A legislação também desempenhou um papel crucial na promoção da inclusão. Muitos países promulgaram leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência, incluindo o acesso

à educação, ao emprego, à saúde e aos serviços públicos. Essas leis visam eliminar a discriminação e garantir que as pessoas com deficiência tenham igualdade de oportunidades. Além disso, houve um crescente reconhecimento da importância da acessibilidade. A acessibilidade abrange uma ampla gama de áreas, incluindo o ambiente físico, os transportes, as tecnologias da informação e comunicação, entre outros. A promoção da acessibilidade tem como objetivo eliminar barreiras que impedem a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade.

É importante reconhecer que, embora tenha havido progresso, ainda há muito trabalho a ser feito para garantir a inclusão plena das pessoas com deficiência e eliminar todas as formas de discriminação e sofrimento que elas enfrentaram historicamente.

## **2.4 Relato de experiência de estágio não-obrigatório**

No período entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023, foram realizados 5 meses de estágio não-obrigatório na escola municipal Dona Maria Martins (Cemei), em Cachoeira Dourada Goiás. Esse momento foi muito relevante para esta autora, pois pude vivenciar, na prática, o contexto na inclusão de uma pessoa com deficiência, tendo sido auxiliadora nesse processo. Estive inserida na sala de aula com o papel de facilitar a inclusão do aluno, que tinha por volta de 3 anos, com laudo de TEA – Transtorno do Espectro Autista. Assumpção et al. (2000, p. 39) define que:

Autismo infantil corresponde a um quadro de extrema complexidade que exige que abordagens multidisciplinares sejam efetivadas, visando-se não somente a questão educacional e da socialização, mas principalmente a questão médica e a tentativa de estabelecer etiologias e quadros clínicos bem definidos, passíveis de prognósticos precisos e abordagens terapêuticas eficazes.

Desta forma, o estágio foi um grande desafio, pois se fez necessário definir metodologias alternativas que promoviam o interesse do estudante, pois em muitos momentos, ele relutava em participar das atividades e, pelas estereotípias, gostava de correr pela sala de aula. Aprender a reconhecer essas características foi essencial, uma vez que pude tentar promover a inclusão e, desta maneira, levar conhecimento à medida que o aluno pudesse assimilar, era o propósito nessa dinâmica escolar.

Um dos objetivos desse período, uma vez que tais dificuldades foram percebidas foi notar que seria necessário preparar atividades extras e incentivar o aluno de outras maneiras que propiciasse a ele uma concentração melhor. Nessa fase de aprendizado os estudantes estão

aprendendo as cores, diferentes formas geométricas como círculo, triângulo e quadrado, além de prestar atenção em leituras infantis, montagem de peças e outras atividades que exigem concentração.

Nesse sentido, algo que ajudou bastante no processo de ensino e assim na inclusão do aluno, foi buscar sempre incentivá-lo a participar durante as aulas. Também foi essencial investir um tempo extra em atividades, músicas que ele gostava, brincadeira nas quais montava objetos, pinturas e outras atividades manuais. Sempre mantendo um diálogo, afirmando os conhecimentos no decorrer das atividades, como por exemplo, destacando as cores, as quantidades, buscando despertar o interesse e aprendizagem naquele momento.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia corresponde à parte do trabalho que organiza a ação relacionada ao tema explorado. Nesta etapa desenvolveram-se as estratégias pensadas para a pesquisa. De Campos

Tozoni-Reis (2009, p. 15) afirma que “[...] a metodologia científica, se tomada como um caminho a ser percorrido, é um instrumento no processo científico, assim como uma possibilidade de exercitar criticamente a produção do conhecimento”.

Partindo desse princípio, o presente projeto foi construído a partir de uma pesquisa de campo quanti-qualitativa, com etapa bibliográfica e exploratória, realizada mediante consulta em artigos disponíveis na plataforma online do *Google Acadêmico*, a fim de embasar o estudo, sobre as técnicas educacionais que podem cooperar para uma inclusão real na sala de aula.

A pesquisa conta com uma etapa de levantamento de dados, realizado mediante a plataforma do *Google Forms*, na qual professores e funcionários da coordenação foram entrevistados, por meio de perguntas sobre a opinião e as experiências de cada participante, com o contexto da inclusão de alunos com deficiência.

Essa pesquisa também se denomina exploratória, pois foi através da investigação que se perceberam as lacunas que interferem e dificultam a inclusão dos alunos com deficiência. Uma pesquisa exploratória é, conforme Gil (2008) a abordagem utilizada no início de um processo de pesquisa, com o objetivo de obter um melhor entendimento sobre o tema em questão. Visa familiarizar o pesquisador com o problema e ajudá-lo a organizar questões de pesquisa mais específicas. Ela se caracteriza pela flexibilidade e abertura para diferentes abordagens e métodos,

permitindo que o pesquisador explore diversas fontes de informações, como revisões bibliográficas, entrevistas, observações e análise de dados existentes. A pesquisa exploratória não busca necessariamente chegar a conclusões definitivas ou generalizáveis, mas sim fornecer direcionamentos para pesquisas mais aprofundadas.

A fim de ilustrar a sequência do desenvolvimento metodológico deste estudo, elaborou-se a Figura 1:

**Figura 1:** Etapas da Pesquisa.



**Fonte:** Autoria própria, aplicativo Canva (2023).

É importante ressaltar que questionários e entrevistas, como técnicas de coleta de dados, são vistos como “dispositivos de obtenção de informações cujas qualidades, limitações e distorções devem ser metodologicamente controladas” (THIOLLENT, 1980, p. 22). Partindo dessa ideia, a seguir encontra-se o roteiro de perguntas que foi utilizado nas entrevistas com alguns professores e membros da coordenação, que são atuantes na rede municipal de Cachoeira Dourada - Goiás. Tais perguntas foram enumeradas a fim de organizar cada tópico e entender nos resultados, cada momento desta pesquisa.

**Perguntas investigativas**

1. Qual área de atuação no momento?
2. Quais as escolas que você atua?
3. Já fez cursos na área da inclusão?
4. Têm ou já teve alunos com deficiência? Quantos?
5. Quais disciplinas você ministra ou ministrou aulas para alunos com deficiência? Em qual série?
6. Você tem conhecimento sobre metodologias favoráveis para pessoas com Deficiência?
7. Qual era a deficiência específica deles?
8. A família do aluno costuma a apoiar esse processo educativo?
9. Você considera que falta investimentos nessa área, mesmo com tantas leis que asseguram esse processo?
10. Quais dificuldades no cotidiano escolar os professores encontram para realizar a inclusão?
11. Quais metodologias você usa para auxiliar e realizar a inclusão?
12. Os alunos com deficiência, utilizam alguma tecnologia durante as aulas? Quais?
13. Você acha que na escola há preconceito quando tem algum aluno com deficiência? Quais?
14. A escola tem sala de Recursos Multifuncionais? É utilizada de que forma?
15. A escola oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os alunos com deficiência?
16. A coordenação de AEE orienta os professores?
17. Quais são as principais orientações da coordenação de AEE para as turmas com alunos com deficiência?
18. A escola oferece materiais adaptados para os alunos com deficiência? Quais?
19. Considera importante que todas as escolas sejam adaptadas para acesso de alunos com deficiência?
19. Considera sua unidade educacional inclusiva?
20. Há barreiras para inclusão dos alunos com deficiência? Quais são as maiores?
21. A estrutura da escola está adequada a receber os alunos com deficiência conforme normas de acessibilidade?

As respostas dos professores e da Coordenação, foram organizadas, por semelhança, em categorias analisadas qualitativamente, considerando referenciais teóricos desenvolvidos na etapa bibliográfica trazendo tais informações ao contexto atual. Espera-se, com essa análise, refletir e planejar intervenções que venham auxiliar futuras pesquisas, no processo de inclusão escolar, contribuindo, todavia para um futuro que seja promissor em uma sociedade íntegra, que respeite as diversidades.

No período entre 2022 e 2023, investigou-se, a partir de um formulário, questões relacionadas à infraestrutura escolar acessível, recursos pedagógicos adaptados, formação de professores em educação inclusiva, adaptação curricular, ações de sensibilização e conscientização, entre outros aspectos relevantes para o processo de inclusão nas escolas municipais de Cachoeira Dourada. Na pesquisa bibliográfica, o levantamento de dados abordou um recorte temporal em trabalhos publicados no *Google acadêmico*, *SciELO*, *Repositórios*, Decretos, Leis entre outros, que podem ser encontrados nas plataformas online. Portanto, fundamentam o tema aqui proposto; o recorte temporal desta investigação teórica compreende os anos entre 1989 e 2022.

Ainda para corroborar com essa pesquisa, foram usadas plataformas *online*s, para desenvolver Figuras, que explicassem alguns dos resultados colhidos, como por exemplo o site Mentimeter, e o aplicativo Canva.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico são apresentadas algumas das respostas coletadas, de funcionários da rede municipal de ensino do município de Cachoeira Dourada - GO, para compreender o contexto da inclusão dos alunos com deficiência nas escolas municipais deste município e quais atitudes podem ser elaboradas para promover um ensino de qualidade a todos.

O formulário foi desenvolvido na plataforma digital *Google Forms*<sup>1</sup> e, após sua criação, foram feitas visitas às duas unidades escolares da cidade, para propor aos professores e à equipe da coordenação que respondessem o questionário. Frente às explicações sobre os objetivos deste

estudo, 12 (doze) pessoas manifestaram interesse em participar, trazendo assim suas experiências no que tange a inclusão escolar, na prática destes profissionais da educação.

Com o propósito de preservar a identidade das pessoas, não serão revelados os dados pessoais dos participantes. Dando início à discussão sobre as respostas coletadas, vale ressaltar que Cachoeira Dourada é uma cidade pequena, de em média 8.000 habitantes, localizada no sul goiano. Na coleta de dados, foi questionado aos profissionais, qual era a sua área de atuação na educação: observa-se que 7 pessoas responderam que são professores titulares, 2 pessoas fazem parte da coordenação, e 3 pessoas são professores de apoio de alunos com deficiência como exposto na Figura 2.

É relevante e cientificamente válido identificar as áreas de atuação dos profissionais participantes, para compreender suas percepções em ângulos diferentes diante do contexto abordado. A cooperação de todas as partes e de cada indivíduo influencia no processo de inclusão, desta forma concorda-se com Da Rocha Nolla e De Bittencourt (2020, p.43) quando afirmam sobre a educação, que “exige um contato direto entre o sujeito que aprende e os conhecimentos adquiridos nas ações coletivas, ou seja, não é um instrumento único para todos, como também não é algo pronto”.

Desta maneira percebe-se que o objetivo da inclusão será um fato quando todos estiverem cientes e dispostos a se comprometer em facilitar esse processo no que está ao seu próprio alcance.

---

1

**Figura 2:** Área de atuação.

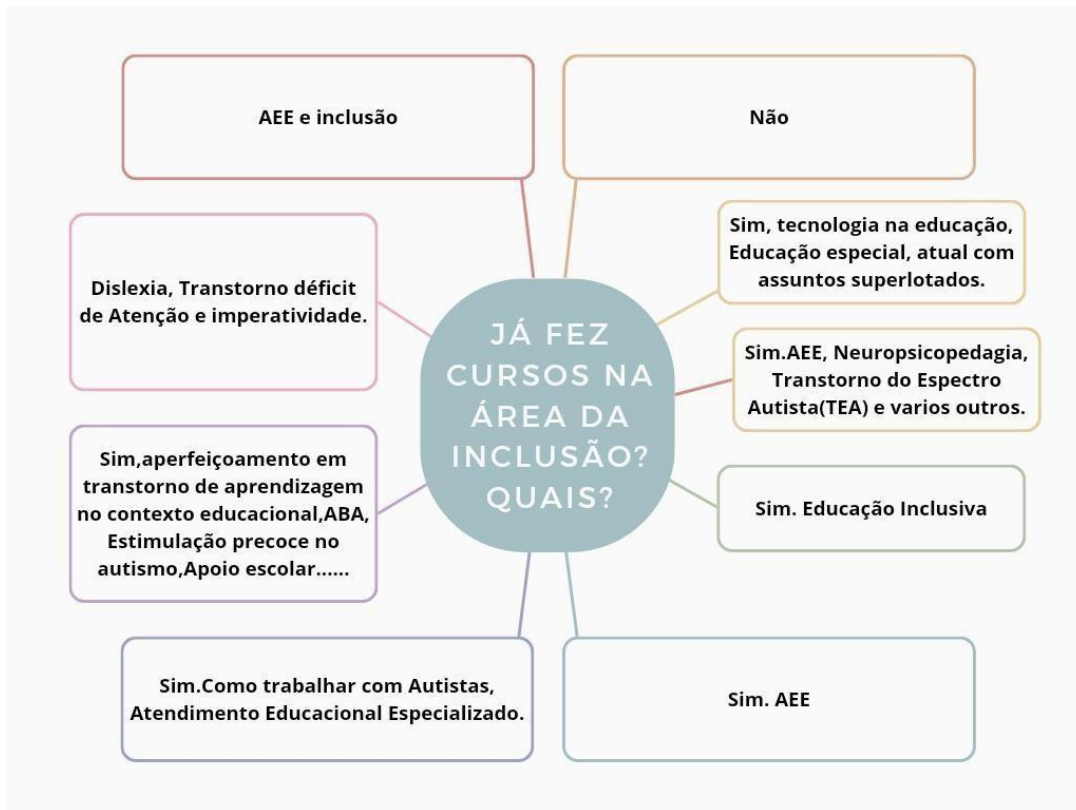
**Fonte:** Autoria Própria, 2023.

A segunda pergunta do formulário identifica as escolas em que os profissionais atuam, em Cachoeira Dourada, que são respectivamente duas escolas (Escola Dona Marinha Martins Rodrigues e Escola Modelo 14 de Maio). Tais unidades atendem alunos do ensino fundamental e da educação infantil, e conta com profissionais capacitados e com formação. De acordo com a Lei nº 9.394/96, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira, em seu artigo 62º, diz que professores devem ter como formação o ensino superior em licenciaturas, cursado em universidades e institutos superiores de educação (BRASIL, 1996).

Da Rocha Nolla e De Bittencourt (2020, p.45) afirmam que “por ser um direito garantido pela lei, a escola precisa considerar que o aluno com deficiência não aprende do mesmo modo que os demais”. Sendo assim, desenvolver uma metodologia de ensino que alcance o aluno com deficiência nas suas especificidades se faz necessário, compreende-se que a capacitação através de cursos na área da inclusão desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades, no combate à discriminação e na construção de uma sociedade mais inclusiva. A capacitação de profissionais para atuarem como defensores e facilitadores da inclusão contribui para o bem-estar e sucesso de todas as pessoas, independente de suas habilidades ou características individuais.

No cenário das escolas municipais de Cachoeira Dourada, quando se questiona na pergunta 2 acerca da formação, com cursos na área da inclusão, percebe-se que, de nove respostas, apenas uma diz que não possui esse tipo de capacitação. O restante afirma que já fez algum curso nesta área, conforme demonstra a Figura 3. Enfatiza-se que a formação leva ao aprimoramento das práticas pedagógicas, tornando-as mais inclusivas e adequadas às necessidades individuais de cada aluno.

**Figura 3:** Cursos feitos na área de inclusão.



**Fonte:** Autoria Própria, aplicativo Canva, 2023.

No tópico 4 do formulário, é interrogado se a pessoa tem ou já teve alunos com deficiência e, em caso afirmativo, quantos alunos. Essa pergunta foi criada com o propósito de descobrir a experiência dos profissionais com alunos com deficiência. As respostas indicam que apenas um não teve alunos com deficiência, isto é, quase todos responderam que sim e alguns citaram quais: alunos com deficiência física em cadeira de rodas, alunos com síndrome de Down, autistas, com esquizofrenia, entre outros transtornos.

Frente às respostas, identifica-se uma variedade de alunos com deficiência, cada um com sua especificidade de adequação da escola e dos professores. A adaptação do ensino e infraestrutura, para acolher e incluir com qualidade, além de adequar as práticas pedagógicas para atender as necessidades individuais dos alunos com deficiência no ensino, podem permitir que todos que estiverem ali alcancem aprendizado de qualidade, que respeite suas limitações e busque desenvolver o conhecimento.

Na pergunta 5, questionou-se quais disciplinas já foram ministradas ou se ministra para os alunos com deficiência e em qual série. Dentre as respostas, notou-se uma grande variedade de áreas, entre elas: ensino religioso, matemática, língua portuguesa, ciências, geografia e história, além da educação infantil. Duas pessoas responderam que, como estão na coordenação, não tem disciplinas. Sabendo que para cada deficiência se faz necessária uma proposta diferente, deduz-se que para incluir será necessário planejar estratégias, levando em consideração as potencialidades e dificuldades do aluno, principalmente considerando que suas capacidades precisam ser desenvolvidas (BALDISSERA, 2022).

A questão seguinte, número 6, questiona se o profissional tem conhecimento sobre metodologias favoráveis para pessoas com deficiência. Das doze respostas, sete informaram que tem sim, tais conhecimentos. Uma das pessoas afirma que é importante nesse processo tratar o aluno sem preconceito e fazer com que ele se sinta incluído em todas as atividades em sala de aula, fator que demonstra que alguns professores buscam conhecimento e se preocupam em levar um ensino de qualidade a todos os estudantes.

É bom acrescentar que esta preocupação em incluir de fato o aluno em sala de aula, é uma perspectiva positiva, pois com esse pensamento a inclusão se torna algo cada vez mais real. Contudo, também se identificam respostas preocupantes, como: “meu conhecimento é básico, necessitava de outras capacitações na área, ao menos um pouco, pois não tenho capacitação”. Essa resposta indica que há muito ainda a ser feito para propiciar conhecimentos aos educadores nesta área e desta forma, incluir de fato os estudantes com alguma deficiência.

Na pergunta 7, observa-se que as deficiências dos alunos que os professores já tiveram, são variadas (Figura 4), sendo assim, Baldissera (2022, p.32) orienta que o professor, para ensinar e incluir deve:

Redimensionar o conteúdo com relação às formas de exposição, multiplicar os recursos e materiais (vídeos, ppt, histórias, jogos, música, pintura, desenho, pesquisa coletiva, saída de campo etc.) para explicar esse conteúdo, flexibilizar o tempo para a realização das atividades e usar estratégias diversificadas, como a ajuda dos colegas de sala – o que também contribui para a integração e para a socialização do aluno.

É interessante reiterar que, como existem diversas modalidades de alunos, é preciso focar no ensino que possa trazer conhecimento, pensando nas particularidades de aprendizado de cada estudante, mediante suas possibilidades.

Portanto com finalidade de apresentar os tipos de deficiências dos estudantes que os participantes do formulário já tiveram, foi criado no *site mentimeter* uma nuvem de palavras. Verifica-se que as palavras com tamanhos maiores, significam que foram citadas com mais frequência, e vão diminuindo conforme a repetição é reduzida, ou seja, como é possível perceber, as condições que mais são citadas, são autismo, TDH (que assim foi citada por professores, mas o correto seria TDAH) entre outras deficiências, destacadas entre os alunos desses educadores.

**Figura 4:** Tipos de deficiências que surgiram na dinâmica escolar



**Fonte:** Autoria Própria, (site usado Mentimeter.com)2023.

No tópico 8, a pergunta analisa sobre o apoio da família do estudante. Foi possível observar que as respostas divergiram: seis pessoas dizem que sim, que a família é participativa e auxilia nesse processo; por outro lado, quatro pessoas comentam que essa participação da família acontece somente em alguns casos.

Desta forma, é possível perceber que nem sempre os pais costumam ser um apoio nesse momento tão importante, sendo necessário repensar maneiras de orientar, fazendo eles perceberem como essa participação é essencial para a inclusão acontecer. Os pais estando envolvidos nos processos educacionais podem colaborar com a escola, compartilhando informações sobre as necessidades específicas de seus filhos e discutir estratégias para apoiar a sua inclusão no ambiente escolar. Podem também se tornar defensores dos direitos das pessoas com deficiência, garantindo que as políticas de inclusão sejam implementadas e respeitadas na escola, participar de reuniões e eventos escolares, dar apoio ao desenvolvimento e aprendizado em casa auxiliando em casa, incentivando-os a praticar habilidades e reforçar o que foi aprendido na escola.

É bom acrescentar ainda que eles também podem procurar recursos educacionais, como livros, jogos, e atividades adaptadas, para auxiliar o desenvolvimento e aprendizado de seus filhos, podem ainda compartilhar conhecimentos e suas experiências com outros pais e familiares, ajudando a conscientizar a comunidade das pessoas com deficiência, ajudando a combater estigmas e preconceitos, promovendo uma maior inclusão na sociedade em geral.

É importante destacar que a inclusão infantil não é responsabilidade apenas dos pais, mas também da escola, dos educadores e de toda a comunidade escolar. O trabalho em conjunto entre pais e escola é fundamental para garantir que cada criança seja respeitada e receba o suporte necessário para desenvolver todo seu potencial.

A falta de investimento na área da inclusão, mesmo com a existência de leis que buscam promovê-la, é um problema que infelizmente persiste em muitos lugares. Embora as leis sejam um passo importante na direção certa, elas nem sempre são acompanhadas pelos recursos e compromissos necessários para sua implementação efetiva.

Existem várias razões pelas quais o investimento na área da inclusão pode ser insuficiente. Algumas delas incluem a falta de conscientização sobre a importância da inclusão, a ausência de vontade política para alocar recursos adequados, restrições orçamentárias, falta de conhecimento sobre as melhores práticas para promover a inclusão e até mesmo atitudes discriminatórias enraizadas na sociedade.

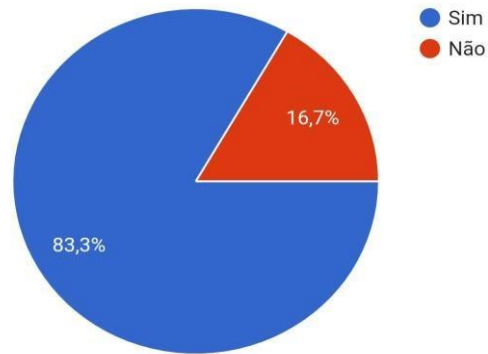
Embora as leis possam estabelecer diretrizes e obrigações legais para a inclusão, é essencial que haja um compromisso real por parte das autoridades governamentais, instituições e sociedade em geral. Isso envolve alocar recursos adequados para a implementação de políticas inclusivas, oferecer treinamento e capacitação para profissionais envolvidos, promover a conscientização e a mudança de atitudes e garantir o cumprimento das leis existentes.

Além disso, é importante reconhecer que a inclusão não se resume apenas à legislação, mas também requer uma mudança cultural e social mais ampla. É necessário criar ambientes acolhedores e acessíveis, tanto física quanto emocionalmente, para todas as pessoas, independentemente de suas características individuais.

Portanto, é fundamental que a sociedade como um todo reconheça a importância da inclusão e trabalhe em conjunto para superar as barreiras que impedem seu pleno desenvolvimento. Isso exige um esforço coletivo, no qual governos, organizações, comunidades e indivíduos desempenham um papel ativo na promoção de uma sociedade inclusiva e igualitária.

Diante desse quadro, a partir das respostas colhidas é possível perceber que quase todos os participantes consideram que faltam investimentos na área da inclusão, mesmo hoje em dia havendo várias leis que asseguram esse direito (Figura 5).

**Figura 5:** Considerações sobre a falta de investimento nessa área.



**Fonte:** Autoria Própria, 2023.

Existem várias causas que podem dificultar o cotidiano escolar, prejudicando tanto o aprendizado do aluno quanto o desempenho do professor principalmente no que envolve a inclusão de estudantes com deficiência. A falta de recursos adequados, que engloba desde recursos físicos, materiais e tecnológicos necessários para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência, pode ser um desafio significativo. Por exemplo, salas de aula sem acessibilidade, falta de equipamentos adaptados e materiais didáticos inadequados podem limitar a participação e aprendizado dos alunos com deficiência.

Outro fator que influencia nesse sentido é a capacitação insuficiente, onde os professores podem não receber a capacitação adequada para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência. A falta de conhecimento sobre estratégias de ensino inclusivas, adaptação de materiais e uso de tecnologias assistivas pode dificultar a efetiva inclusão dos alunos.

É preciso lembrar também que a sobrecarga de trabalho faz com que dificulte ainda mais o processo de inclusão, pois os professores muitas vezes enfrentam altas cargas de trabalho e têm uma quantidade limitada de tempo para atender às necessidades individuais de cada aluno. Isso pode dificultar a atenção adequada e o suporte individualizado para alunos com deficiência, que podem requerer mais tempo e atenção adicionais.

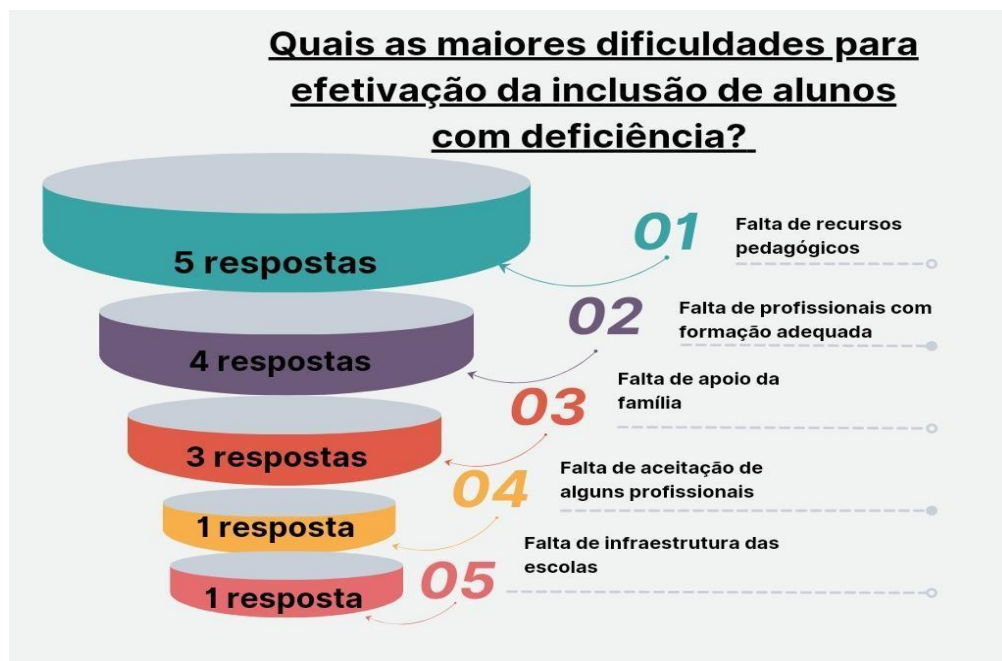
As barreiras atitudinais que ainda existem na sociedade, onde se normaliza atitudes negativas e estereótipos em relação à deficiência, podem refletir no ambiente escolar. Preconceitos e falta de sensibilização podem criar barreiras para a inclusão efetiva, afetando a interação social e a participação plena dos alunos com deficiência.

Falta de apoio colaborativo também é outro aspecto que dificulta a inclusão efetiva, a qual requer uma abordagem de parcerias, na qual professores, equipes de suporte, famílias e alunos trabalhem juntos. No entanto, a falta de tempo, comunicação e cooperação entre esses grupos pode dificultar a implementação de estratégias inclusivas.

Para entender quais eram as maiores dificuldades que os profissionais educadores municipais de Cachoeira Dourada, encontram para efetivação da inclusão de alunos com deficiência, no ensino regular foram coletadas no tópico 10, respostas variadas.

Os profissionais que participaram citaram várias dificuldades nesse processo entre elas a que mais foi descrita, foi a falta de recursos pedagógicos havendo cinco respostas nesse sentido. Outro grande destaque com quatro afirmações foi, segundo eles, o fato de haver vários profissionais sem a formação adequada ou sem haver conhecimento nessa área, a falta de apoio da família, a aceitação de alguns profissionais, a infraestrutura da escola, são outros aspectos que foram afirmados por esses profissionais como se percebe na Figura 6.

**Figura 6:** Aspectos sobre as maiores dificuldades para realizar a inclusão.



**Fonte:** Autoria própria (aplicativo usado Canva), 2023.

Em vista disso, para tentar superar essas dificuldades, é essencial investir em programas de capacitação para os professores, fornecimento de recursos adequados às escolas, promover uma cultura inclusiva e fornecer apoio colaborativo para garantir a inclusão efetiva de pessoas com deficiência. Também deve-se envolver as famílias dos alunos com deficiência e promover uma conscientização mais ampla na sociedade sobre a importância da inclusão e os benefícios que ela traz para todos os envolvidos.

A educação inclusiva é uma abordagem que busca garantir o acesso igualitário à educação para todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, necessidades ou características individuais. Essa metodologia envolve adaptar o currículo, a instrução e o ambiente de aprendizado para atender às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências físicas ou intelectuais.

Para a inclusão acontecer é necessário perceber que cada estudante precisa ser incentivado a aprender de formas variadas dependendo das necessidades individuais e educacionais de cada aluno.

O aprendizado cooperativo é a metodologia que incentiva a interação e a colaboração entre os alunos. Os estudantes são agrupados em equipes heterogêneas, nas quais todos têm a oportunidade de contribuir com suas habilidades e conhecimentos. O aprendizado cooperativo promove a inclusão ao encorajar a participação ativa de todos os alunos, valorizando suas perspectivas individuais e proporcionando um ambiente de apoio mútuo.

Outra metodologia é a diferenciação instrucional que envolve a adaptação do ensino para atender às necessidades individuais dos alunos. Os professores ajustam o conteúdo, os materiais, as estratégias de ensino e as avaliações para garantir que todos os estudantes possam aprender e participar de acordo com suas capacidades. Essa abordagem valoriza a diversidade dos alunos e busca atender a variedade de estilos de aprendizagem, interesses e habilidades.

A tecnologia assistiva representa uma estratégia eficaz para promover a inclusão. Essas ferramentas ajudam os alunos com deficiências a superar barreiras e realizar tarefas que seriam desafiadoras sem suporte adicional. Por exemplo, softwares de leitura em voz alta podem auxiliar alunos com dificuldades de leitura, enquanto dispositivos de comunicação alternativa podem ajudar estudantes com dificuldades de fala (DOS SANTOS et.al, 2017).

Outro fator importante é sensibilização e a formação de educadores, funcionários da escola e estudantes, logo são umas ações fundamentais para promover a inclusão. Ao aumentar a

conscientização sobre as necessidades e os desafios enfrentados por alunos com deficiências ou diferenças, é possível criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo. Essa conscientização também pode ajudar a combater preconceitos e estereótipos, promovendo uma cultura de respeito e valorização da diversidade.

As metodologias não são excludentes e podem ser combinadas de acordo com as necessidades e características de cada contexto educacional. A inclusão requer um compromisso contínuo e colaborativo de toda a comunidade escolar, buscando sempre aprimorar as práticas e criar ambientes que acolham e valorizem a diversidade.

A partir do que foi dito, sobre importância das metodologias na educação de pessoas com deficiência, o tópico de número 11 veio questionar as metodologias favoráveis para a inclusão acontecer. Há variadas respostas dos participantes, entre elas é possível perceber que de acordo com esses profissionais, cada estudante deve ser incentivado a aprender da melhor forma que é o possível, fazendo um ensino com empatia e com trabalhos diários de inclusão: das doze pessoas, sete destacaram a importância das atividades adaptadas a cada aluno perante as suas capacidades, o ensino lúdico com jogos e tecnologia também foi bastante abordado com sete manifestações nas respostas, como podemos observar na Figura 7.

**Figura 7:** Opções de metodologias usadas para auxiliar a inclusão.

**12 pessoas responderam variadas metodologias que poderiam auxiliar os alunos com deficiência nas aulas. (Total 21 opções) "cada pessoa podia responder mais de uma opção"**



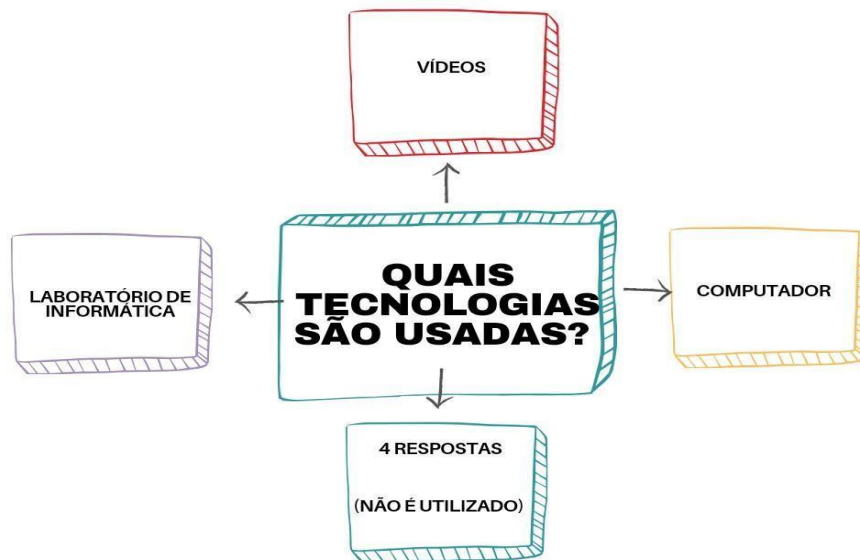
7

**Fonte:** Autoria própria, aplicativo Canva, 2023.

Outras sugestões para essa causa também foram de conhecer a necessidade de cada aluno, fazer avaliações individuais adaptadas às necessidades de cada aluno e respeitando o tempo de aprendizado de cada um, desenvolver atividades coletivas que possibilite a integração e participação de todos os alunos, criando assim um vínculo de respeito às diferenças, investir em tecnologias.

Na pergunta de número 12, se interroga aos participantes, se os alunos com deficiência utilizam alguma tecnologia, e quais seriam. Nota-se que as respostas coletadas demonstram que das 12 respostas, 4 dizem que não é utilizado, o que orienta para a falta de investimento nessa área. Em algumas respostas, está o uso de computador, vídeos, laboratório de informática, demonstrado na Figura 8, o que indica que o conhecimento nessas áreas tecnológicas ainda é pouco explorado nas escolas, o que denota a importância de se abordar alguns tipos de tecnologias que são favoráveis a essa demanda.

**Figura 8:** Tecnologias usadas na inclusão.



**Fonte:** Autoria própria, aplicativo Canva, 2023.

Existem várias tecnologias que podem ser utilizadas para auxiliar no ensino de crianças com deficiência, proporcionando-lhes acesso a oportunidades educacionais inclusivas. Aqui estão algumas opções: dispositivos de acessibilidade, que são por exemplo, teclados adaptados, mouse alternativos, switches e joysticks podem ser usados para crianças com dificuldades motoras. Esses dispositivos ajudam a adaptar as interfaces digitais e permitem que as crianças interajam com computadores e outros dispositivos eletrônicos (MARCHI; DA COSTA, 2016).

Existem inúmeros softwares educacionais disponíveis que são projetados especificamente para crianças com deficiência. Esses programas podem abranger uma ampla gama de habilidades, desde leitura e escrita até matemática e habilidades sociais. Alguns exemplos incluem aplicativos de comunicação aumentativa e alternativa (CAA) para crianças com dificuldades de fala, softwares de aprendizado multimídia para crianças com dificuldades de aprendizado e jogos educacionais adaptados (DOS SANTOS et.al, 2017)

Dispositivos de comunicação assistiva, para crianças com deficiências de fala ou comunicação, variam desde pranchas de comunicação simples até dispositivos eletrônicos mais avançados, como tablets com aplicativos de CAA ou sintetizadores de fala (MARCHI e DA COSTA, 2016).

A tecnologia de realidade aumentada (RA) e realidade virtual (RV) pode proporcionar experiências de aprendizado imersivas e interativas para crianças com deficiência. Essas tecnologias podem ser usadas para criar ambientes virtuais que simulam situações do mundo real, fornecendo às crianças oportunidades de aprendizado prático e experiências sensoriais (FRAZÃO et. al, 2020).

Para crianças com deficiências visuais, as ferramentas de tradução de texto para fala podem ser utilizadas para converter texto escrito em discurso. Essas ferramentas ajudam as crianças a acessar e compreender informações escritas, permitindo-lhes participar plenamente do processo de aprendizado (SILVA e PESTANA, 2006).

É importante ressaltar que a tecnologia por si só não substitui a importância de professores e profissionais de educação especializados. A tecnologia deve ser vista como uma ferramenta complementar, integrada a abordagens pedagógicas adequadas, para ajudar a atender às necessidades educacionais das crianças com deficiência e promover uma educação inclusiva e de qualidade.

No tópico 13 do questionário, levantou-se a opinião dos colaboradores sobre o preconceito na escola, se eles consideram que ainda exista esse problema. A maioria respondeu não, demonstrando que a escola tem tomado um posicionamento de respeito e empatia ao próximo, mas em meio essas respostas ainda tiveram algumas, que acreditam que exista em outras escolas, e duas destas respostas, foram firmes em afirmar que ainda há muito preconceito para com as pessoas com deficiência, nesse sentido é importante ter muita atenção pois ter um ensino de qualidade e digno com respeito é um direito, e deve ser respeitado.

Nunes e colaboradores (2015) concordam que o preconceito nas escolas infantis em relação às pessoas com deficiência é uma realidade lamentável que infelizmente ainda persiste em algumas comunidades e instituições educacionais. Embora muitos avanços tenham sido feitos nas últimas décadas em termos de inclusão e igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, é evidente que ainda há um longo caminho a percorrer.

O preconceito pode assumir várias formas, desde a exclusão social até a discriminação ativa. As crianças com deficiência podem enfrentar barreiras em suas interações sociais, serem alvo de bullying e zombaria, ou até mesmo serem ignoradas e excluídas de atividades escolares. Esses comportamentos podem ser influenciados por estereótipos negativos, falta de compreensão e medo do desconhecido (PIVA, 2015).

É fundamental que as escolas infantis desempenhem um papel ativo na promoção da inclusão e na luta contra o preconceito. Os educadores têm a responsabilidade de criar um ambiente acolhedor e inclusivo, no qual todas as crianças se sintam valorizadas e respeitadas, independentemente de suas habilidades ou limitações.

Uma das estratégias eficazes para combater o preconceito nas escolas é a educação inclusiva. Isso envolve a adoção de práticas pedagógicas que atendam às necessidades de todas as crianças, independentemente de suas diferenças (NUNES, 20015). As escolas podem oferecer suporte adicional, recursos e adaptações para garantir que as crianças com deficiência tenham acesso igualitário à educação e às oportunidades de aprendizado. Além disso, é importante fornecer programas de conscientização e sensibilização para os alunos, para que possam desenvolver empatia e respeito pelas pessoas com deficiência desde cedo (PIVA, 2015).

Outro aspecto crucial é a participação dos pais e responsáveis. Eles desempenham um papel essencial na educação de seus filhos sobre a diversidade e a importância de tratar todas as pessoas com igualdade e respeito. A colaboração entre escola e família pode ajudar a criar um ambiente inclusivo em que todos os alunos se sintam valorizados (BALDISSERA, 2022).

A superação do preconceito nas escolas infantis não acontece da noite para o dia. Requer um compromisso contínuo por parte de todos os envolvidos na educação das crianças. No entanto, ao promover a inclusão, fornece recursos adequados e criar uma cultura de respeito e aceitação, podemos trabalhar juntos para combater o preconceito e criar um ambiente mais igualitário para todos (PACHECO; ALVES, 2007).

No tópico 14, se questiona se nas escolas tem sala de recursos multifuncionais, e de que formas são utilizadas. As respostas são variadas, algumas dizem que existe e que esta sala é usada no período contraturno das aulas, isso se deve talvez pela carga horária diária onde os professores têm sua rotina já estabelecida. Outros participantes dizem que não tem esta sala preparada, ou seja que este recurso não está disponível isso pode ser por vários motivos seja por falta de investimento nesse setor, ou por falta de profissionais ou sobretudo por falta de materiais próprios.

Um ambiente inclusivo e adaptado é de suma importância para crianças com deficiência, especialmente quando se trata de uma sala multifuncional projetada para atender às suas necessidades específicas. Essas salas oferecem um espaço seguro e acolhedor onde as crianças podem se desenvolver, aprender e brincar em um ambiente adaptado às suas capacidades individuais. Em relação à acessibilidade, é fundamental que a sala esteja equipada com recursos adequados, como rampas de acesso, corrimãos, pisos antiderrapantes e outros elementos que facilitem a mobilidade das crianças com deficiência. Isso permite que elas se movimentem livremente, ganhando independência e autonomia.

Além da acessibilidade física, a estimulação sensorial é um aspecto importante a ser considerado. Crianças com deficiência muitas vezes têm necessidades sensoriais específicas, e a sala multifuncional pode ser projetada para fornecer estímulos sensoriais adequados. Iluminação ajustável, cores atrativas, texturas variadas e objetos interativos são alguns exemplos de recursos que podem ser incorporados para promover o desenvolvimento sensorial das crianças.

A sala multifuncional deve ser equipada com cadeiras de rodas adaptadas, mesas ajustáveis em altura, brinquedos adaptados, computadores com interfaces acessíveis e outros dispositivos que atendam às necessidades individuais das crianças com deficiência. Esses equipamentos facilitam a participação ativa das crianças nas atividades e promovem seu engajamento pleno.

Esse ambiente proporciona um espaço onde crianças com diferentes tipos de deficiência podem interagir e aprender juntas. Essa interação promove a inclusão social, combatendo o isolamento que algumas crianças com deficiência podem enfrentar em outros ambientes. O convívio com os colegas em um ambiente inclusivo também proporciona oportunidades de aprendizado social e emocional.

Além disso, a sala multifuncional apoia o desenvolvimento global das crianças com deficiência. Elas podem se envolver em atividades lúdicas, educacionais e terapêuticas adaptadas

às suas necessidades individuais. Isso estimula seu desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e social, permitindo que cada criança avance em seu próprio ritmo.

Os tópicos 15, 16 e 17 apresentam questionamentos sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). No tópico 15, percebe-se que segundo os profissionais, as escolas oferecem esse tipo de atendimento com base na maioria das respostas, entretanto duas respostas sugerem que não há esse tipo de atendimento, essa divergência pode ser por falta de informações adequadas, ou pode ser porque alguma das escolas não tenham esse respaldo.

As questões 16 e 17 indicam que algumas pessoas conseguiram ter orientações vindas do AEE, já outras não tem conhecimento sobre a existência na escola em que atua, nem nunca tiveram orientações vindas do próprio. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma importante estratégia adotada nas escolas para garantir a inclusão e o acesso à educação de qualidade para estudantes com necessidades educacionais especiais. Desta maneira busca proporcionar um atendimento especializado e individualizado, visando o desenvolvimento pleno de cada aluno.

Na escola, o AEE é oferecido de forma complementar à sala de aula regular, buscando suprir as demandas específicas dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. É um serviço que visa promover a igualdade de oportunidades, oferecendo suportes pedagógicos, técnicos e recursos adequados para o progresso educacional de cada estudante.

O AEE é realizado por profissionais especializados, como pedagogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, psicólogos, entre outros, de acordo com a necessidade de cada aluno. Esses profissionais realizam uma avaliação diagnóstica para identificar as potencialidades e dificuldades de cada estudante, elaborando um plano individualizado de atendimento, com metas e estratégias pedagógicas específicas.

São utilizados recursos e materiais adaptados, como jogos pedagógicos, materiais didáticos inclusivos, tecnologias assistivas, entre outros. O objetivo é oferecer suporte para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais, emocionais e comunicativas, buscando sempre a autonomia e a inclusão plena dos alunos.

Além disso, também pode contar com o apoio de outros profissionais da escola, como os professores da sala regular, que trabalham em conjunto para promover a integração do estudante com necessidades especiais em todas as atividades escolares. A troca de informações e o trabalho colaborativo são fundamentais para o sucesso desse atendimento.

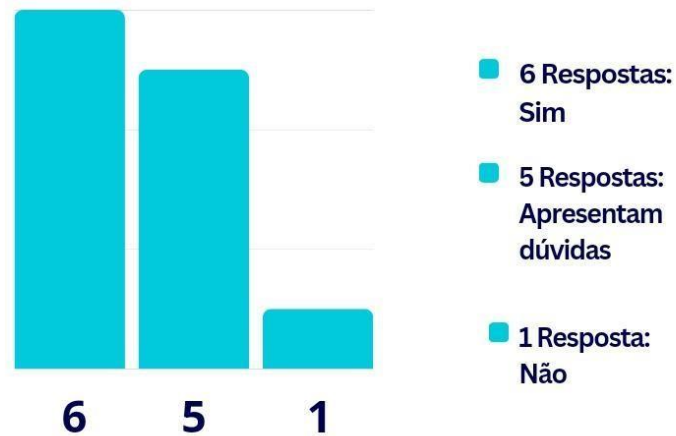
É importante ressaltar que o AEE não substitui a escolarização regular, mas complementa e apoia o processo de aprendizagem do estudante com necessidades especiais. Ao oferecer um atendimento individualizado e especializado, a escola está cumprindo seu papel de promover a inclusão e garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizado.

Em suma, o Atendimento Educacional Especializado é uma prática essencial nas escolas, pois promove a inclusão e o desenvolvimento pleno dos estudantes com necessidades especiais. Por meio do trabalho conjunto de profissionais especializados e da utilização de recursos adequados, busca-se garantir a igualdade de oportunidades e o acesso a uma educação de qualidade para todos.

No tópico 18, questiona-se se na escola tem materiais adequados para ensinar os alunos com deficiência, e quais seriam. Pelas respostas coletadas, é possível observar que as respostas foram variadas, havendo seis respostas que sim a materiais para promover a inclusão, outras cinco respostas demonstram incerteza sobre ter ou não, é uma das respostas diz que não tem tais matérias de auxílio na educação como pode ser observado na Figura 9. O que demonstra ser preocupante, pois materiais especializados são essenciais para o ensino dos alunos com deficiências e a falta destes materiais dificulta o processo de inclusão dos alunos.

**Figura 9:** Sobre o material adequado para o ensino de Pessoas com Deficiência.

## A ESCOLA TEM MATERIAS ADEQUADOS PARA ENSINAR ALUNOS COM DEFICIÊNCIA?



**Fonte:** Autoria própria, aplicativo Canva, 2023.

É essencial falar sobre alguns dos materiais que são adequados para alunos com deficiência, ao passo que a escolha dos materiais corretos, pode desempenhar um papel crucial no desenvolvimento e aprendizado desses alunos, corroborando com as ideias de Prieto, Pagnez e Gonzalez (2014) e Frazão (2020) que apresentam alguns exemplos de materiais que podem ser úteis, como:

- **Materiais táteis:** Alunos com deficiência visual se beneficiam de materiais que podem ser explorados pelo tato. Isso inclui livros em braile, mapas táteis, modelos em relevo e jogos educacionais que têm componentes texturizados (FRAZÃO, 2020).
- **Livros e recursos em áudio:** Para alunos com deficiência visual ou dificuldades de leitura, livros e recursos em formato de áudio são essenciais. Eles permitem que os alunos ouçam o conteúdo em vez de lê-lo e podem ser reproduzidos em reprodutores de áudio, computadores ou outros dispositivos eletrônicos (FRAZÃO, 2020).
- **Materiais visuais:** Alunos com deficiência auditiva se beneficiam de materiais visuais, como cartazes, gráficos, diagramas e vídeos com legendas. Esses materiais auxiliam na

compreensão do conteúdo e fornecem suporte visual para o aprendizado (PRIETO; PAGNEZ; GONZALEZ, 2014).

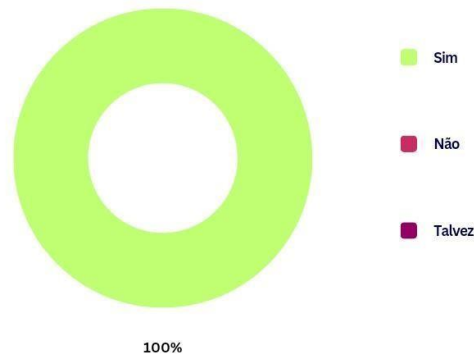
- Ferramentas de comunicação alternativa e aumentativa: Alunos com deficiência na fala ou na comunicação podem se beneficiar de materiais que auxiliam na comunicação, como pranchas de comunicação com símbolos ou dispositivos de comunicação assistiva, como tablets com aplicativos de fala (PRIETO; PAGNEZ; GONZALEZ, 2014).
- Materiais adaptados: Para alunos com deficiências físicas, materiais adaptados podem ser necessários. Isso inclui, por exemplo, canetas e lápis com adaptadores para facilitar a preensão, teclados adaptados para alunos com dificuldades motoras ou até mesmo cadeiras e mesas ergonômicas para proporcionar conforto e acessibilidade (PRIETO; PAGNEZ; GONZALEZ, 2014).
- Software e aplicativos educacionais: Há uma ampla variedade de softwares e aplicativos educacionais disponíveis, projetados especificamente para atender às necessidades de alunos com deficiências. Essas ferramentas podem incluir recursos de acessibilidade, como leitores de tela, ajustes de contraste, opções de texto maior e recursos interativos adaptados. (FRAZÃO, 2020).

É importante que os educadores, pais e profissionais da área de educação trabalhem juntos para identificar as necessidades específicas de cada aluno com deficiência e selecionem os materiais mais apropriados. O objetivo é promover a inclusão e proporcionar igualdade de oportunidades educacionais para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou limitações.

No tópico 19, 100% dos participantes responderam que consideram importante que as escolas sejam adaptadas para os alunos com deficiências, como descrito na Figura 10, e dessas, duas pessoas afirmaram ainda que consideram a escola que estão trabalhando, como não inclusivas, as outras dez pessoas afirmam que a escola que atuam são sim inclusivas apesar dos desafios.

**Figura 10:** Consideração sobre a importância da inclusão nas escolas.

**Considera importante que todas as escolas  
sejam adaptadas para  
acesso de alunos com deficiência?**



**Fonte:** Autoria própria, aplicativo Canva, 2023.

Diante desse contexto a importância de a escola ser adaptada para alunos com deficiência é imensurável, compreende-se assim que a inclusão educacional é um direito fundamental de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou limitações. Garantir que as escolas sejam adaptadas para atender às necessidades dos alunos com deficiência é um passo crucial para promover uma sociedade inclusiva e igualitária.

A adaptação da escola para alunos com deficiência envolve várias dimensões. Em primeiro lugar, é necessário proporcionar um ambiente físico acessível, com rampas, corrimãos, elevadores e banheiros adaptados, garantindo que os alunos com deficiência possam se movimentar livremente pela escola. Isso permite que eles participem plenamente das atividades escolares, como aulas, esportes, eventos culturais e recreação (PRIETO; PAGNEZ; GONZALEZ, 2014).

Além disso, é importante fornecer recursos e materiais educacionais adaptados às necessidades específicas de cada aluno. Isso pode incluir tecnologias assistivas, como computadores com programas de leitura de tela para alunos com deficiência visual, materiais impressos em braile, dispositivos de comunicação alternativa para estudantes com dificuldades de fala, entre outros recursos (FRAZÃO, 2020).

A adaptação dos materiais e recursos de ensino possibilita que os alunos com deficiência tenham acesso ao currículo escolar e participem ativamente das atividades de aprendizado.

Outro aspecto crucial é a formação adequada dos professores e profissionais da educação para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Os educadores devem receber treinamento sobre estratégias pedagógicas inclusivas, adaptação curricular, manejo de tecnologias assistivas e abordagens de ensino diferenciadas, isso permitirá que eles identifiquem as necessidades individuais dos alunos, apliquem métodos de ensino adequados e forneçam suporte individualizado.

A inclusão de alunos com deficiência na escola regular também traz benefícios significativos para todos os estudantes. Ela promove a diversidade, a compreensão, o respeito mútuo e a empatia. Os alunos aprendem a conviver com as diferenças desde cedo, o que é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora.

Além disso, a inclusão educacional contribui para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos com deficiência. Eles têm a oportunidade de aprender com seus colegas, estabelecer relações de amizade, participar de atividades em grupo e desenvolver suas habilidades acadêmicas e sociais. A interação com alunos sem deficiência também proporciona modelos de comportamento positivos e estimula o crescimento pessoal.

Portanto, a adaptação da escola para alunos com deficiência é fundamental para garantir a inclusão educacional e promover uma sociedade mais igualitária, isso envolve a criação de um ambiente físico acessível, o fornecimento de recursos educacionais adequados e o treinamento dos profissionais da educação. A inclusão beneficia não apenas os alunos com deficiência, mas também toda a comunidade escolar, estimulando o respeito, a diversidade e o crescimento pessoal de todos os estudantes.

A inclusão do aluno com deficiência na escola é de extrema importância para promover uma sociedade mais igualitária e inclusiva. Desse modo no tópico 20, interroga-se quais as maiores barreiras para inclusão dos alunos com deficiência e quais são as maiores segundo a opinião dos educadores da rede municipal de Cachoeira Dourada, nas respostas foi possível perceber vários fatores destacados por esses profissionais como a falta de profissionais preparados, a família aceitar as dificuldades da pessoa com deficiência, o apoio do governo, a falta dos recursos pedagógicos, o preconceito, a diversidade de alunos e a falta de profissionais e recursos para melhor atender, a falta de equipamentos, a grande quantidade de alunos, a falta de acessibilidade, e de formação dos profissionais.

Nesse sentido, ainda existem diversas barreiras que dificultam a plena participação das pessoas com deficiência no ambiente escolar, como foi relatado nas respostas do formulário, mas além destas é necessário pensar de forma geral e organizada, quais dificuldades precisam ser superadas para propiciar uma inclusão verdadeira.

Um dos principais obstáculos é a falta de acessibilidade arquitetônica. Muitas escolas não possuem rampas de acesso, corredores estreitos e banheiros adaptados, o que limita a mobilidade e independência dos alunos com deficiência. Além disso, a falta de recursos e materiais adequados também representa uma barreira significativa. A ausência de materiais em formatos acessíveis, como braile e audiobooks, assim como a carência de tecnologias assistivas, dificulta o acesso dos alunos com deficiência ao currículo escolar. A falta de profissionais de apoio, como intérpretes de língua de sinais e especialistas em comunicação alternativa, também limita a inclusão.

A formação inadequada dos professores é outro desafio. A falta de conhecimento sobre estratégias pedagógicas inclusivas, adaptação curricular e uso de tecnologias assistivas impede que os educadores forneçam o suporte necessário aos alunos com deficiência.

Atitudes negativas e estereótipos em relação às pessoas com deficiência também criam barreiras sociais e emocionais. Isso resulta em exclusão, discriminação e isolamento dos alunos com deficiência, prejudicando sua autoestima, motivação e oportunidades de aprendizado. A falta de apoio e envolvimento da comunidade escolar também é um fator limitante. É fundamental que administradores, professores, funcionários, pais e estudantes se engajem na promoção da inclusão, garantindo um ambiente acolhedor e igualitário para todos.

Além disso, a ausência de políticas educacionais adequadas e sua falta de implementação efetiva também são obstáculos para a inclusão. É necessário que as políticas educacionais garantam o direito à educação inclusiva e forneçam orientações claras e recursos para que as escolas se adaptem às necessidades dos alunos com deficiência.

Para superar essas barreiras, é preciso um esforço conjunto de governos, instituições educacionais, profissionais da educação, famílias e comunidades. É essencial investir em infraestrutura adequada, disponibilizar recursos e materiais adaptados, oferecer formação continuada aos educadores, promover atitudes inclusivas e garantir a implementação de políticas inclusivas. Somente assim será possível alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva, que promova o pleno desenvolvimento e participação de todos os alunos, independentemente de suas

habilidades ou limitações. A inclusão educacional é um direito fundamental, e sua concretização traz benefícios não apenas para os alunos com deficiência, mas para toda a comunidade escolar.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Finalizando este trabalho de conclusão de curso (TCC) sobre a inclusão nas escolas municipais de Cachoeira Dourada-Goiás, pode-se afirmar que existem desafios significativos, mas também perspectivas promissoras para a promoção de uma educação inclusiva na região. Durante a pesquisa, identificaram-se desafios fundamentais que dificultam a implementação efetiva da inclusão nas escolas municipais. Um dos principais desafios é a falta de estrutura física adequada. No geral as escolas ainda não possuem acessibilidade e recursos adaptados, o que limita a participação e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência. É necessário investir na adaptação das instalações e na disponibilização de recursos adequados, garantindo que todas as crianças tenham acesso igualitário à educação.

Outro desafio é a resistência e falta de conhecimento por parte de alguns profissionais da educação. É fundamental promover a sensibilização e a formação continuada dos educadores, capacitando-os para atender às necessidades diversificadas dos alunos. A conscientização sobre os benefícios da inclusão, tanto para os estudantes com deficiência como para os demais alunos, é essencial para promover uma mudança de mentalidade e garantir a efetivação da inclusão nas escolas.

Além disso, a falta de recursos financeiros é um dos obstáculos para a implementação da inclusão nas escolas municipais. A disponibilidade de recursos adequados, como materiais adaptados, equipamentos especializados e profissionais de apoio, é fundamental para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos. É importante que o poder público, em parceria com a comunidade e o setor privado, busque alternativas viáveis para assegurar a destinação adequada de recursos e o suporte necessário às escolas.

Apesar desses desafios, existem perspectivas encorajadoras para a inclusão nas escolas municipais de Cachoeira Dourada. A legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelecem diretrizes e princípios que orientam a promoção da inclusão nas escolas. Essas leis fornecem respaldo legal para a implementação de políticas

inclusivas e o fortalecimento de práticas educacionais que atendam às necessidades de todos os alunos.

Outra perspectiva promissora é o envolvimento da comunidade escolar. A conscientização, o engajamento e a participação ativa de pais, alunos, educadores, gestores escolares e demais membros da comunidade são fundamentais para superar os desafios e promover a inclusão. A construção coletiva de soluções, por meio de diálogos, debates e capacitações, pode contribuir para a consolidação de uma cultura inclusiva nas escolas municipais de Cachoeira Dourada.

Em suma, a inclusão nas escolas municipais de Cachoeira Dourada, Goiás, apresenta desafios consideráveis, mas também perspectivas promissoras. A superação dos obstáculos requer ações conjuntas entre o poder público, a comunidade escolar e a sociedade como um todo. É necessário investir em infraestrutura adequada, formação dos profissionais e destinação de recursos para que todas as crianças tenham igualdade de oportunidades educacionais e possam alcançar seu pleno potencial. A inclusão não é apenas uma responsabilidade das escolas, mas de toda a sociedade, visando construir uma educação mais inclusiva, equitativa e justa.

Portanto essa pesquisa poderá contribuir para melhorias nas adaptações das escolas municipais de Cachoeira Dourada Goiás e de outras cidades, também permitindo a construção de projetos pedagógicos. Além destas possíveis ações, serve como referencial teórico para futuras pesquisas que poderão se desenvolver com propósito semelhante, contribuindo ainda mais no desenvolvimento da inclusão educacional de alunos com deficiência nas escolas regulares.

## REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO JR, Francisco B.; PIMENTEL, Ana Cristina M. Autismo infantil. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 22, p. 37-39, 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbp/a/Gv4HpMGyypXkmRMVGfRZF8G/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 30 de maio de 2023.

BALDISSERA, Juliane. Políticas de inclusão escolar na educação básica: metodologias e possibilidades pedagógicas inclusivas. 2022. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/256640/001165867.pdf?sequence=1> . Acesso em 01 de junho de 2023.

BORTOLOTTTO, Maytha, Tatibana. **Inclusão de Crianças com Deficiência no Ensino Regular: Dificuldades e desafios**. 2014. 20 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Disponível em:

[http://old.dfe.uem.br/TCC-2014/MAYTHA\\_TATIBANA\\_BOTOLOTTO.pdf](http://old.dfe.uem.br/TCC-2014/MAYTHA_TATIBANA_BOTOLOTTO.pdf) . Acesso em 8 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Brasília, 1989. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm). Acesso em 13 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990**. Brasília, 1990. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm). Acesso em 10 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991**. Brasília, 1991. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm). Acesso em 13 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 8.212 de 24 de julho de 1991**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8212cons.htm). Acesso em: 8 de julho de 2022

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 12 de mai2022.

\_\_\_\_\_. 2015, **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)

. acesso em: 20 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999**. Brasília, 1999. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em 13 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**: Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm).> Acesso em 13 de maio de 2022.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. História da Educação Especial: Em busca de um espaço na história da educação brasileira. VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 2006. Disponível em:

[https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Vera%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Vera%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf) Acesso em 29 de maio de 2023.

CORREIA, Clacy Somenzi. **O desafio da inclusão no ambiente escolar: um estudo no município de Nova Londrina**, PR. 2014. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014. Disponível em:

<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/20860>. Acesso em 10 de maio de 2022.

COSTA, Erika Luana Lima. **O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR**. Monografia (Graduação)- Curso de Linguagens e Códigos – Língua Portuguesa, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2019. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/123456789/3124> . Acesso em 5 de maio de 2022.

DA ROCHA NOLLA, Daniela; DE BITTENCOURT, Ricardo Luiz. PROFESSORA TITULAR E SEGUNDA PROFESSORA: UMA RELAÇÃO EM (DES) CONSTRUÇÃO. **Revista Saberes Pedagógicos**, v. 4, n. 3, p. 40-66, 2020. Disponível em:

<https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/download/6199/5435> . Acesso em 01 de junho de 2023.

DA SILVA, Ana Paula Mesquita; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. O papel do professor diante da inclusão escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, p. 1-29, 2014. Disponível em: [http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes\\_pdf/educacao/v5\\_n1\\_2014/Ana\\_Paula.pdf](http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf) . Acesso em 8 de maio de 2022.

DA SILVA, Tomaz Tadeu et al. A produção social da identidade e da diferença. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000. Disponível em:

[https://www.academia.edu/download/53618323/AULA\\_3.pdf](https://www.academia.edu/download/53618323/AULA_3.pdf) . Acesso em 10 de maio de 2022.

DE JESUS, Amanda Carolyn Sena; DOS SANTOS, Layse Fernanda Dias; DE SOUSA ARAÚJO, Rosenéri Lago. OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NA SALA DE AULA. Disponível em:

[https://repositorio.alfaunipac.com.br/publicacoes/2021/742\\_os\\_desafios\\_da\\_inclusao\\_escolar\\_na\\_sala\\_de\\_aula.pdf](https://repositorio.alfaunipac.com.br/publicacoes/2021/742_os_desafios_da_inclusao_escolar_na_sala_de_aula.pdf) . Acesso em: 17/05/2023.

DE OLIVEIRA, Priscila; LOCKMANN, Kamila. Base Nacional Comum Curricular e inclusão escolar: problematizando os discursos acerca da construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. **Horizontes**, v. 40, n. 1, p. e022004-e022004, 2022. Disponível em:

<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1174> . Acesso em 15 de maio de 2022.

DE CAMPOS TOZONI-REIS, Marília Freitas. **Metodologia de pesquisa**. IESDE BRASIL AS, 2008. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=WN9ebtchQF0C&oi=fnd&pg=PT13&dq=info:gkyThkWQXiYJ:scholar.google.com/&ots=ZUZlmi-BRQ&sig=J0bUv-dAuL42AHbFp7jQ4vJMR2k#v=onepage&q&f=false> . Acesso em 22 de maio de 2022.

DOS SANTOS, Flávio Lopes et al. Contribuições da tecnologia na construção de uma educação inclusiva: o trabalho com um aluno deficiente visual nas aulas de Matemática. **Educação Matemática Debate**, v. 1, n. 2, p. 131-153, 2017. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/25297/1/Santos2017Contribuicoes.pdf> . Acesso em 02 de junho de 2023.

FRAZÃO, Aline Aparecida Nascimento et al. Tecnologia Assistiva: Aplicativos Inovadores para estudantes com Deficiência Visual. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, p. 85076-85089, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/19368/15545> . Acesso em: 29 de maio de 2023.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/31031805/9482\\_lista\\_de\\_revisao\\_1%C3%82%C2%BA\\_bimestre\\_com\\_respostas\\_direito.pdf](https://www.academia.edu/download/31031805/9482_lista_de_revisao_1%C3%82%C2%BA_bimestre_com_respostas_direito.pdf) . Acesso em: 26 de maio de 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. In: Fundamentos da metodologia científica. 2010. P. 320-320. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-758946> . Acesso em 01 de maio de 2022.

MACEDO, Marasella del Carmen Silva Rodrigues et al. Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto. **Psicologia em Estudo**, v. 19, p. 179-189, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-737218196001> . Acesso em 13 de maio de 2022.

MARCHI, Miriam Ines; DA COSTA SILVA, Tânia Núzia. Formação continuada de professores: buscando melhorar e facilitar o ensino para deficientes visuais por meio de tecnologias assistivas. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 55, p. 457-469, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313146769016.pdf> . Acesso em 02 de junho de 2023.

MITTLER, Penny; MITTLER, Peter. Rumo à inclusão. **Pro-posições**, V.12,n.2-3 (35-36), jul.-nov. 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643996> . Acesso em 19 de maio de 2022.

NAUJORKS, Maria Inês. Stress e inclusão: indicadores de stress em professores frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Educação Especial**, p. 117-125, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5125> . Acesso em 27 de maio de 2022.

NORMA BRASILEIRA – ABNT NBR 9050 – **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Segunda edição 31.05.2004 Número de referência- ABNTNBR 9050:2004. Disponível em: [https://www.causc.gov.br/post/normaabnt\\_acessibilidade/](https://www.causc.gov.br/post/normaabnt_acessibilidade/) . Acesso em 13 de maio de 2022.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lucia; TAVARES, Rosana Elizete. Educação inclusiva: entre a história, os preconceitos, a escola e a família. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 35, p. 1106-1119, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gtPdZxy4yHrX9Lz9txCtQ7c/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 02 de junho de 2023.

PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto; ALVES, Vera Lucia Rodrigues. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta fisiátrica**, v. 14, n. 4, p. 242-248,

2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatraca/article/download/102875/101168> . Acesso em 01 de junho de 2023.

PRIETO, Rosângela Gavioli; PAGNEZ, Karina Soledad Maldonado Molina; GONZALEZ, Roseli Kubo. Educação especial e inclusão escolar: tramas de uma política em implantação. **Educação & Realidade**, v. 39, p. 725-743, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/nfd363NjPwQ7K3SHqjwrSkm/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 27/ de maio de 2023.

PIVA, Susi Francis Amaral. O preconceito na inclusão de alunos com deficiência na escola pública do Distrito Federal. 2015. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15455/1/2015\\_SusiFrancisAmaralPiva\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15455/1/2015_SusiFrancisAmaralPiva_tcc.pdf) . Acesso em 02 de junho de 2023

RODRIGUES, Ana Paula Neves; LIMA, Cláudia Araújo. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. **Revista de Educação. Pernambuco**, v. 3, n. 5, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/viewFile/234432/27604> . Acesso em 29 de maio de 2023.

SILVA, Carlos Fernandes da; PESTANA, Ilda Cunha. A sociedade da informação. A criança com deficiência e as novas tecnologias. **Millenium**, p. 211-225, 2006. Disponível em: [https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/414/1/A\\_sociedade\\_da\\_informacao.pdf](https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/414/1/A_sociedade_da_informacao.pdf) . Acesso em 26 de maio de 2023.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. Ver. E atual. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: <https://direitounitri.wordpress.com/materias/introducao-ao-direito/metodologia-dotrabalho-cientifico/> . Acesso em 15 de maio de 2022.

THIOLENT, Michel. Crítica metodologica, investigação social e enquete operária. **Cadernos de Pesquisa**, n. 36, p. 115, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1587/1577> . Acesso em 15 de maio de 2022.

UNESCO, 1994, **Declaração de Salamanca**. Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf&ved=2ahUKEwiQzejToLz\\_AhX6rZUCHfaeCYUQFnoECBAQAQ&usq=AOvVaw0AxEVhGjVHZQ2RJGd\\_r8Es](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf&ved=2ahUKEwiQzejToLz_AhX6rZUCHfaeCYUQFnoECBAQAQ&usq=AOvVaw0AxEVhGjVHZQ2RJGd_r8Es) . Acesso em: 27 de maio de 2023.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, v. 37, p. 863-869, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S151797022011000400012> . Acesso em 10 de maio de 2022.